

Inundações em Teresina-Piauí: uma questão socio-histórica

Floods in Teresina-Piauí: a social-historical question

Edmundo Ximenes Rodrigues Neto^[a] , Antônia Jesuíta de Lima^[b] 

[a] Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Heróis do Jenipapo, Campo Maior, PI, Brasil

[b] Universidade Federal do Piauí (UFPI), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Teresina, PI, Brasil

Como citar: Rodrigues Neto, E. X., & Lima, A. J. (2019). Inundações em Teresina-Piauí: uma questão socio-histórica. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.11, e20180177. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180177>

Resumo

O presente artigo analisa o fenômeno das inundações como questão socio-histórica em Teresina-Piauí. Examina as representações sócio-espaciais construídas e as ações governamentais em torno dessa problemática. Apoiar-se em matérias de periódicos locais e documentos oficiais e parte do pressuposto de que as enchentes e seus impactos na cidade são vistos como desastres sobrenaturais e/ou naturais, influenciando o modo sob o qual as ações governamentais são adotadas, isto é, ora com um caráter reativo e assistencialista, ora sob um viés tecnocrático, desconsiderando as dimensões histórica, social e política que revestem o fenômeno.

Palavras-chave: Inundações. Representações sócio-espaciais. Ações governamentais.

Abstract

This paper approaches the phenomenon of floods as a social-historical question in Teresina-Piauí by examining the socio-spatial representations built and governmental actions to address the issue. The data source is based on information from local newspaper articles and official documents. The assumption is that floods and their impacts on the city are seen only as supernatural and/or natural disasters. These ideas have influenced the pattern of governmental actions undertaken, which are sometimes, implemented as clientelistic actions and sometimes with a technocratic bias. Thus, disregarding the political, social and historical aspects that surround the phenomenon.

Keywords: Floods. Socio-spatial representations. Government actions.

Introdução

À medida que a cidade se expande, reforçam-se assimetrias sociais, expressas no avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis (Ultramar, 2005). Recursos ambientais são comprometidos,

EXRN é Doutor em Políticas Públicas, e-mail: ex.r.neto@gmail.com

AJL é Doutora em Ciências Sociais, e-mail: a.je.l@uol.com.br



aumentando as situações de risco social e influenciando diretamente a qualidade de vida da população. As enchentes, nesse processo, constituem um dos fenômenos que se revestem de consequências desastrosas, sobretudo para as populações ribeirinhas, mais suscetíveis ao risco.

Rolnik e Nakano (2000) ressaltam que as grandes e médias cidades são marcadas pela concentração de renda, desigualdades sociais e “urbanização de risco”, sendo as populações mais pobres as mais vulneráveis. Como o risco é uma expressão polissêmica, presumi-lo, percebê-lo e/ou analisá-lo implica captar aspectos que envolvem condições objetivas e subjetivas. Zanirato et al. (2008) sugerem a apreensão deste fenômeno a partir de suas múltiplas faces, não o restringindo aos aspectos técnicos que mensuram o grau do acontecimento. É necessário analisar as dimensões culturais, sociais e econômicas das pessoas fixadas no território, o qual reflete a desigualdade socioespacial, bem como as intervenções e/ou omissões históricas das autoridades públicas que configuram e reconfiguram o desenho da cidade.

Segundo Rolnik (2015), a proteção contra o risco de desastres tidos como “naturais” (inundações e desmoronamento) e/ou a “reconstrução pós-desastres”¹ (terremotos, *tsunamis*) vêm justificando grandes projetos urbanísticos no mundo inteiro. No Brasil, diversas intervenções estão se realizando em regiões periféricas de grandes e médias cidades, como em cabeceiras de rios, em Belo Horizonte (Silva, 2013); margens de igarapés, em Belém e Manaus (Cruz, 2012); e de rios, em Teresina (Rodrigues Neto & Lima, 2018). Estas áreas, consideradas pelos governos como degradadas, inapropriadas para moradia, são objeto de programas de saneamento ambiental e urbanização, financiados por agências multilaterais.

Embora divulgadas como medidas de prevenção contra desastres, essas intervenções revelam efeitos contraditórios, transformando-se em mecanismos de despossessão, especialmente dos mais pobres. Narrativas oficiais tentam evidenciar a dimensão “natural” de tais fenômenos, omitindo variáveis históricas, sociais e políticas que ensejaram e aprofundaram as condições do risco.

Para Cavion (2014), o impacto das enchentes² e inundações com seus prejuízos humanos, físicos e econômicos é proporcional ao crescimento urbano e ao status econômico alcançado pela cidade, configurando um grande conflito socioespacial. As chuvas são fenômenos naturais, mas inundações são fenômenos sociais e políticos.

Partindo deste entendimento, o presente artigo pretende analisar as representações sócio-espaciais³ e as ações governamentais frente às inundações em Teresina, historicamente. Para tanto, apoiou-se em estudos de Araújo (1995), Nascimento (2002) e Lima (2003), que auxiliaram na compreensão do processo de urbanização de Teresina, e em matérias jornalísticas referentes aos anos com maior índice de precipitação de chuvas (1924; 1947; 1950; 1985) e os de grandes enchentes (1960; 1979), ocorridas na cidade (TERESINA, 2007, 2014a).

O texto constitui-se de três seções. A primeira dedica-se a uma revisão teórica sobre as categorias espaço e produção do espaço. Nas seções seguintes, analisa-se como os rios e seus transbordamentos e suas consequências foram representados e tratados pelas autoridades públicas. A dimensão histórico-política e social de que se reveste o fenômeno, ao ser desconsiderada nas intervenções urbanas, tende a agravar a segregação socioespacial, repercutindo na vida dos mais pobres, mormente os mais vulneráveis às inundações.

¹ Rolnik (2015) utiliza o termo “reconstrução pós-desastre” para referir-se às iniciativas adotadas por governos e agência multilaterais em cenários que foram atingidos por desastres, muitas vezes com outras funções e usos implicando na despossessão das populações afetadas pelos eventos.

² Conforme Amaral e Ribeiro (2009), as enchentes e inundações são fenômenos de natureza hidrometeorológica que fazem parte da dinâmica natural relativo às chuvas. A enchente é o aumento temporário do nível d’água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo a cota máxima, porém, sem transbordamento. Já a inundação é o transbordamento das águas de um canal de drenagem atingindo as áreas marginais.

³ Por razão teórico-conceitual, faz-se uso da dupla grafia “sócio-espacial” (SOUZA, 2014). Tal termo diz respeito às relações sociais e ao espaço, ao mesmo tempo, considerando o vínculo dialético de ambos no contexto social, mas salvaguardando a particularidade de cada um. Nesse sentido, é mais do que uma representação física de um meio ou estrutura, são expressões e materializações dos processos históricos e práticas sociais.

O espaço geográfico e seu elemento histórico-social

A discussão sobre a produção do espaço urbano constitui-se uma das principais contribuições de Santos (2006) no campo teórico da Geografia. A valorização da dimensão temporal do espaço revela-se na sua obra quando o define como “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2006, p. 38). A ação humana, permeada de intencionalidades, ao alterar objetos naturais (lagos, rios, montanhas, por exemplo), produz objetos humanos (pontes, parques, avenidas, dentre outros), modificando o espaço absoluto, mas é por ele também impactado. A relevância do pensamento de Santos (2006) está, portanto, entre outros aspectos, no fato de afirmar que a cada alteração na dimensão física do espaço geográfico, existe o caráter humano, explicitando um espaço humanizado, histórico-social.

Para a compreensão da natureza do espaço é necessário que se realize uma leitura da realidade social na perspectiva de suas relações espaciais e temporais. Ao ser compreendido como uma totalidade interdependente entre as dimensões societária, material e simbólica, em movimento, requer uma interpretação da sociedade e da natureza e da ação e do produto resultantes da correlação entre ambas. Ao mesmo tempo em que as ações e relações sociais interferem no espaço, modificando-o, estas também se modificam. As ações humanas e suas técnicas (meios instrumentais e sociais) são criadas a partir das necessidades materiais, imateriais, objetivas e subjetivas, em face das condições que o ambiente natural “[...] oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de ‘viver bem’” (Santos, 2006, p. 34).

Como as condições históricas de produção do espaço geográfico são expressões da ação humana (racional e/ou emocional), de seus eventos e, por isso, suscetíveis de serem redimensionadas e ressignificadas, o espaço conquista uma “forma-conteúdo” (Santos, 2006) que não só remete a um passado, como representa provisoriamente uma atualidade. Eis o porquê da historicidade do espaço geográfico não se restringir a um passado fixo, mas a um processo social que, “[...] realizando-se” (Santos, 2006, p. 33), é verificado no presente. Sua visibilidade e base material podem ser reveladas na paisagem, que significa não apenas “[...] história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais” (Santos, 2006, p. 69).

Nesse sentido, o espaço tem seu uso situado no tempo determinado, o qual é percebido e experimentado na sua concretude, isto é, empiricamente. As formas espaciais, conjugadas com as ações humanas (racional e/ou emocionais), são referências concebidas como elementos intrínsecos à natureza do espaço geográfico. Para elucidá-la, deve ser considerado tanto seu texto (conteúdo social) como sua contextualidade (espaço-tempo).

No cenário globalizado atual, paradoxalmente, é no lugar, no cotidiano, no local, que se constitui o contexto mais apropriado para elucidar os sentidos e os fundamentos do espaço. Se o mundo, como afirma Santos (2006, p. 218), é obscuro, desconhecido, seu conteúdo é revelado “[...] pela sua existência que se dá nos lugares”.

Lefebvre (2006, apud Rodrigues Neto & Lima, 2018) afirma ser o urbano um fenômeno dinâmico, multidimensional (concebido, percebido e vivido) e contraditório (permeado de antagonismos, lutas e conflitos). Ele é dinâmico por ser histórico-social (mutável). Sua dimensão técnica corresponde ao saber científico que o racionaliza e o trata como produto planejado, sobretudo em suas funções como valor de troca. A experiência pertinente ao cotidiano urbano o faz ser percebido fisicamente e vivido através das sensações, imagens e significados. A dimensão contraditória subjacente ao espaço urbano está presente nas relações e conflitos sociais pela forma e finalidade de apropriá-lo, isto é, (re)significá-lo e, ao mesmo tempo, possuí-lo e (re)produzindo-lo.

Representação socioespacial de Teresina como cidade moderna: entre rios e riscos

Teresina, capital do Piauí, localiza-se na Mesorregião Centro-Norte Piauiense, à margem direita do rio Parnaíba, numa área territorial de 1.391,98 km². Em 2010, tinha 814.230 habitantes, enquanto em 2017 esse contingente já somava 850.198 (IBGE, 2010, 2017). O município limita-se a Oeste, com Timon - MA; ao Norte,

com os municípios de União e José de Freitas; ao Sul, com Monsenhor Gil, Curralinhos, Palmeirais, Nazária e Demerval Lobão; a Leste, com Altos, Pau D'Arco do Piauí e Lagoa do Piauí (Figura 1).

Devido ao peso das atividades ligadas à sua função político-administrativa, o município exerce forte influência sobre cidades adjacentes e vem conformando um aglomerado com características metropolitanas. Apenas a área conurbada com Timon agrega mais de um milhão de habitantes. Em virtude de sua posição geográfica estratégica, torna-se um centro regional prestador de serviços de comércio, saúde e educação. Seu grau de influência em âmbito regional confere-lhe a classificação pelo IBGE (2008) de capital regional A⁴.

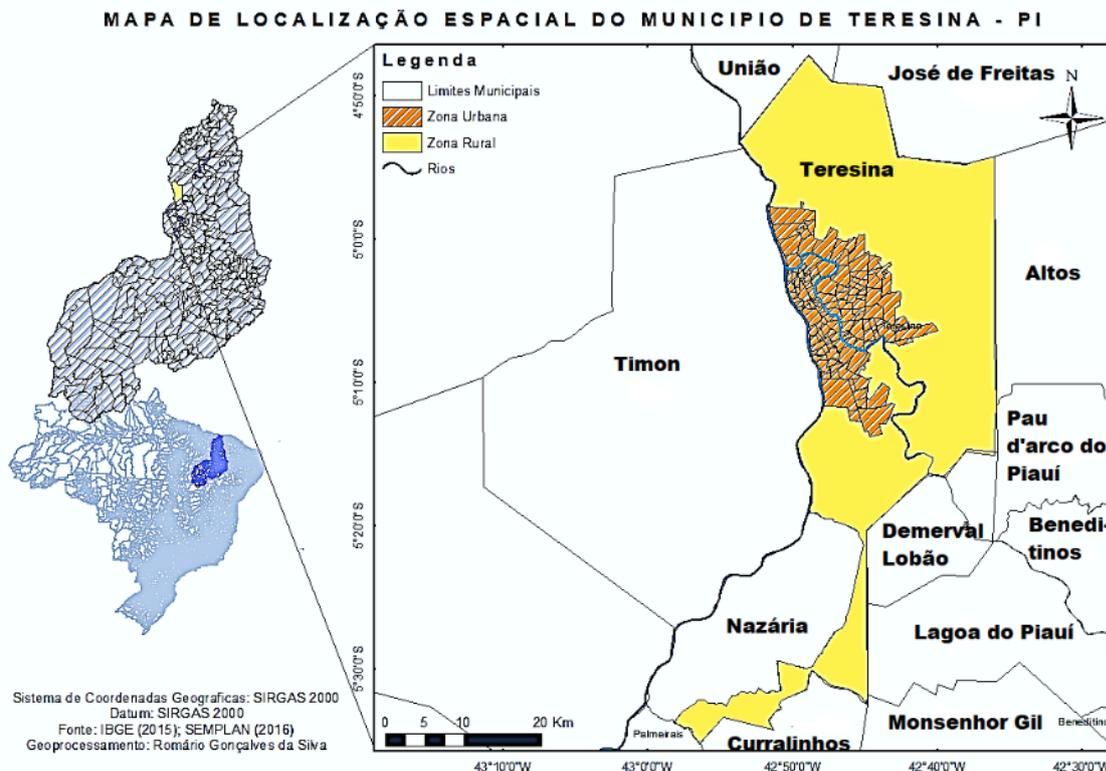


Figura 1 – Localização espacial do município de Teresina – PI. 2018. Fonte: IBGE, 2015.

A elevação da então Vila Nova do Poti à condição de capital, em 16 de agosto de 1852, por parte de seu segmento dirigente, tinha, entre suas motivações, a construção de uma cidade que, devido à sua localização, facilitaria a tarefa estratégica de articular a região internamente e escoar o produto, potencializando-a econômica e politicamente.

Chaves (1998, p. 18) menciona relatório enviado pelo Conselheiro José Antônio Saraiva, então governador da Província, à Assembleia Provincial, em que justificava a escolha daquele sítio para instalar a nova capital do Piauí, ao qual se referia como o “mais salubre possível”⁵, evidenciando a preocupação higienista, mas também o papel estratégico que Teresina assumiria na região e a importância dos rios neste cenário.

Os propósitos de Saraiva eram de se apropriar da natureza para viabilizar o crescimento econômico, a exemplo dos usos dos rios (Parnaíba e Poti) como vias de transporte e comércio, com vistas a proporcionar a modernização e o progresso. Tal dinâmica se daria no fluxo que responderia primeiro por sua transformação em polo regional, integrando todos os municípios, e estes aos cenários nacional e internacional. Ressalte-se que o rio Parnaíba separa, em toda sua extensão, os estados do Piauí e do Maranhão, percorre, aproximadamente, 90 km os limites urbanos de Teresina. O rio Poti também ocupa 59

⁴ Capital regional A é, segundo o IBGE (2008), o nível hierárquico dos centros urbanos do Brasil que inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas-SP. Ela polariza uma parcela da região onde se encontra, influencia inúmeras pequenas e médias cidades, bem como as áreas rurais ao seu redor.

⁵ Saraiva referia-se à relativa segurança do local contra o risco de enchentes e epidemias delas decorrentes, numa comparação com a Vila do Poti, antes cogitada para sediar a nova capital, mas que, devido às constantes cheias e enchentes na região, logo fora descartada.

km da malha urbana do município, desaguando no Parnaíba, na zona Norte. A confluência desses dois cursos d'água ficou conhecida como "Encontro dos Rios".

Na verdade, apesar de Teresina ter sua origem sob o ideário de progresso, do novo, as contradições que engendraram a sua construção (re)produziram a questão urbana e ambiental que, em suas múltiplas expressões, impactam as condições de vida da grande maioria de sua população. Essas questões refletem o descompasso entre o discurso da cidade planejada e as intervenções urbanas que ignoram as condições sociais, ambientais e culturais locais. Estudo de Chaves e Andrade (2017) constata que a ausência de planejamento no processo de ocupação das planícies fluviais dos rios Parnaíba e Poti tem contribuído substancialmente para expor a população às inundações, sobretudo as pessoas mais pobres, que, em períodos chuvosos, com precipitação mais elevada, são as que mais sofrem.

Ao analisar a expansão de Teresina e seus impactos ambientais, Lima (2002, p. 181) afirma que a natureza ainda hoje se "[...] ressentida [...] da transformação causada pelo homem, em nome do progresso e da construção do urbano". Os problemas socioambientais acumularam-se e a área delimitada para abrigar o sítio urbano descaracterizou-se à medida que a cidade cresceu, assumindo outros traçados.

As enchentes e inundações como desastres e efeitos (sobre)naturais e seu tratamento emergencial-assistencialista

A representação socioespacial de determinadas regiões e/ou áreas da cidade como inadequadas para se viver por estar sujeito a "risco de enchentes" e à "insalubridade", já era objeto de discussões políticas durante o processo de escolha do lugar que abrigaria a nova capital piauiense. Segundo Chaves (1998) e Costa Filho (2002), a visão das autoridades dos séculos XVIII e XIX era a de que ocupar a desembocadura dos rios Poti e Parnaíba significava viver sob ameaça da elevação de suas águas e das lagoas ali existentes. O interesse em transferir a sede do governo da antiga capital, Oeiras, para um lugar potencialmente mais estratégico para o desenvolvimento da Província aliava-se, portanto, à necessidade de encontrar um lugar "livre de enchentes e epidemias". Para Saraiva, a Vila (Velha) do Poti não era adequada à instalação da sede da capital. Assim, empreendera campanha naquela antiga povoação para que os moradores ocupassem outro lugar na mesma região, o que foi registrado em relato transcrito por Chaves (1998, p. 17-18):

Chegando a Vila do Poti, fácil me foi compreender que sujeita a febres endêmicas, sempre arruinadas pelas enchentes daquele rio, não podia aquela vila florescer, e que seus habitantes desejavam com ansiedade edificá-la em qualquer outro lugar que pudesse convir a seus interesses. Aproveitei esse ensejo, convidei-os a edificar no mais belo e agradável lugar da margem do Parnaíba; principiei a edificar, por meio de subscrições, uma matriz, e o resultado de tudo isto foi além de minhas esperanças, porque nunca acreditei que, em menos de seis meses, estivessem em construção perto de trinta habitações e, ainda mais, que os mesmos habitantes da Vila Velha, que ali tinham elegantes casas, se resolvessem a deixá-las para construir no novo local, hoje geralmente chamado de Vila Nova do Poti, outros prédios.

A localização escolhida, pouco acima da confluência dos rios Parnaíba e Poti, era considerada mais segura. Nasce a Vila Nova do Poti, que passou a ser Capital da Província, nomeada Teresina em 16 de agosto de 1852 (Chaves, 1998).

Contudo, contrariando as previsões de Saraiva, as enchentes passaram a compor a cena urbana da cidade, acarretando prejuízos materiais e humanos. Em 1926, o periódico *A imprensa* ainda repercutia as enchentes ocorridas nos anos de 1917 e 1924, quando se registrara elevada precipitação de chuvas:

O Parnaíba, de alguns anos para cá tem avolumado assustadoramente as suas águas. Quer parecer que este ano vamos ter a mesma quadra de prejuízos e horrores que as invernações de 1917 e 1924 nos trouxeram [...]. O que de bom ou não eles (meses de março e abril) nos reservam, não se pode prever [...] (O PARNAÍBA..., 1926, p. 1).

E suas águas continuam a subir semelhante às do dilúvio universal, surdas às súplicas das populações. Esquecendo ainda mais da sua bondade habitual, tornou-se demais ambicioso e egoísta tomando as habitações dos pobres camponeses a quem outrora protegia, deixando-os sem abrigo e completa miséria (O PARNAÍBA..., 1926, p. 1).

O rio Parnaíba, reconhecido como fundamental para a vida da cidade, chamado “nossa verdadeira artéria fluvial”, também se tornava “assustador” e cenário de espetáculo (sobre)natural, o qual, segundo um cronista da época, atraía romarias para assistir ao fenômeno. Era também classificado como “invasor”, responsável pelo caos e prejuízos materiais e humanos, associado ao “dilúvio e/ou flagelo”.

Nesse contexto, ainda não havia registros sobre o processo de ocupação da cidade, apenas da situação dos flagelados, vítimas de um fenômeno que, apesar de frequente, na visão dos periódicos da época, não havia como se precaver ou proteger-se. Monteiro (2015), narrando as enchentes de 1924 e 1926, descreve o impacto das inundações e a destruição de várias lojas localizadas próximas ao rio e seu deslocamento para o entorno da Praça Rio Branco (Centro). Em suas crônicas, o autor associa as enchentes e inundações a uma calamidade, a um fenômeno natural. A imprensa também repercute seu impacto sobre as populações ribeirinhas das zonas Sul (povoado Areias) e Norte (Poti Velho).

As respostas governamentais às consequências das enchentes de 1926 foram de caráter emergencial, pontual e individual. Fora a demolição de escombros de prédios e o ordenamento de uma via (atual avenida Maranhão), restou aos desabrigados o auxílio para recompor o patrimônio e/ou a solidariedade, no caso daqueles que usavam canoas e botes para socorrer as vítimas (Monteiro, 2015). Na Figura 2 veem-se os efeitos das enchentes de 1947 e as condições urbanas da cidade: casas submersas, alagadas, dispostas no curso natural das águas.



Figura 2 - Imagens das enchentes do Rio Parnaíba em 1947, em Teresina. Fonte: IBGE, 2017.

A imagem da rua São Pedro, localizada no centro da cidade (Figura 3), evidencia as condições sanitárias da época, com uma população, sobretudo as famílias pobres e as crianças, exposta às águas poluídas da área urbana. Barcas improvisadas para realizar o transporte de bens e resgatar pessoas revelam uma das medidas adotadas para fazer frente à situação.



Figura 3 - Imagens da enchente do Rio Parnaíba em 1947, Rua São Pedro (Centro) Teresina. Fonte: IBGE, 2017.

Na década de 1960, os casos de alagamento e enchentes continuaram ocupando espaço na imprensa, sendo matérias frequentes nos periódicos Folha da Manhã e Jornal do Piauí:

Ceará e Piauí enfrentam drama de uma calamidade (CEARÁ...,1960, p. 4).

Calamidade pública é quadro aterrador que enfrentamos (CALAMIDADE...,1960, p. 1).

Alastra-se o flagelo das inundações (ALASTRA-SE...,1960, p. 6).

A grande desgraça (A GRANDE..., 1960, p. 2).

Em reportagens, opiniões, crônicas e notinhas, as enchentes e inundações são tema de debates políticos, ora como críticas da oposição ao Governo Estadual por uma “injustificável irresponsabilidade”, ao abandonar a população ao flagelo provocado pelas enchentes (GOVERNO..., 1960, p. 1); ora como elogios ao governador pela “atenção” conferida ao momento exigido (A VERDADE..., 1960, p. 4). As notas oficiais do governador e do prefeito solidarizavam-se com as vítimas e divulgavam medidas assistenciais a serem tomadas, entre elas a mobilização de recursos financeiros e humanos (PALÁCIO..., 1960, p. 4). Entidades filantrópicas também se solidarizavam com as “vítimas do flagelo”. Eram igrejas, clube de mulheres da sociedade, Lions Clube, além de organizações estudantis.

Lions Clube entrega grande quantidade de viveres, medicamentos e roupas para distribuição ao flagelados de Picos, Itainópolis e Teresina (LIONS...,1960, p. 5).

A União Piauiense dos Estudantes Secundários (UPES), no instante em que as inundações implantam a angústia no seio da família do nosso Estado, cumpre o dever de juntar a sua palavra a de todos os piauienses, a fim de que juntos, auxiliemos os nossos irmãos desabrigados (NOTA..., 1960, p. 6).

A despeito da diversidade de atores envolvidos, não havia discussão sobre como evitar tais “prejuízos materiais e à vida humana”, pois o foco era o atendimento emergencial às vítimas, para aliviar as dores das perdas e alimentá-las a partir da caridade social. Como ressalta Maricato (2001), a tragédia urbana sobre as enchentes e desmoronamentos ocorridos em cidades do sudeste do país, em tempos recentes; ou o caos urbano, como define Lima (2016), referindo-se às enchentes em Teresina, atualmente, eram reconhecidas, em 1960, como “calamidades, flagelos, dramas”, como provações sobrenaturais ou naturais, associadas às chuvas e a níveis pluviométricos elevados. As causas sociais e urbanas ainda não eram problematizadas, muito menos soluções políticas para enfrentar definitivamente a questão eram discutidas. Os efeitos da ação antrópica, da desigualdade social e ambiental, consequência não do volume das águas, mas de fatores como má distribuição de renda, especulação imobiliária ou a ocupação das várzeas, ainda não eram discutidos com profundidade.

Nas décadas de 1970 e 1980, com o elevado ritmo de crescimento demográfico e a expansão urbana da cidade, a problemática do uso e ocupação do solo se agrava (Lima, 2003). O impacto das enchentes sobre milhares de famílias, mesmo em períodos com incidência relativamente baixa de chuvas, como em 1974 (Teresina, 2014a), evidenciava a dimensão social do fenômeno que exigia soluções políticas cada vez mais complexas. Independentemente da intensidade das chuvas, as enchentes continuavam sendo retratadas, como há cinquenta anos, como “agressoras”, e os rios e as lagoas, como “vilões” e “invasores”.

Parnaíba invade a margem direita e inunda as casas (PARNAÍBA...,1974, p. 1).

Enchentes deixam desabrigo e fome (ENCHENTES...,1974, p. 6).

Em 1975, mensagem governamental revelava o que se considerava o início de uma “solução definitiva” para as famílias pobres:

Começou a encaminhar-se uma solução definitiva para o problema habitacional da classe pobre que, periodicamente, se vê expulsa das margens do Parnaíba e do Poti. Foi iniciada a edificação de 442 casas populares na capital e em Parnaíba, das quais 200 no bairro Buenos Aires em Teresina (PIAÚÍ,1975, p. 5).

Entretanto, Monte (2010) revela o tratamento autoritário sobre a problemática urbana, sobretudo quando migrantes se fixaram em áreas próximas do centro na década de 1970. Com o argumento de que os mesmos ocupavam áreas de risco iminente de inundações, foram retirados para a expansão de avenidas, como a Miguel Rosa, que recorta a cidade, do Sul ao Norte. Nesse contexto, além das medidas assistenciais e de remoção, foram incorporadas outras, de caráter preventivo, que pudessem “minimizar” os impactos das enchentes: vacinação de famílias contra doenças decorrentes da mistura da água *in natura* do rio e águas poluídas dos esgotos; instalação de um dique⁶ na margem esquerda do rio Parnaíba (Boa Esperança, obra executada pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) na década de 1970), e outro na

⁶ Os diques são construídos com solos sobre aluviões silto-arenosos e silto-argilosos, depositados nas planícies dos rios (BRASIL, 2015).

margem esquerda do Poti (Mocambinho, obra executada pela Prefeitura de Teresina, em 1985) (Brasil, 2015).

Ao lado do discurso modernizador de abertura de vias, que fundamentava a remoção de famílias de áreas centrais para as periferias, outro argumento justificava a medida, o de que as mesmas ocupavam áreas impróprias para moradia. Monte (2010) analisa a retirada de famílias pobres, na década de 1970, de terrenos próximos ou no entorno da região central, nas margens do rio Poti, justificada oficialmente pelos riscos de enchentes.

Lima (2001, p. 84), examinando a promoção imobiliária em Teresina, constatou que a construção da Avenida Marechal Castelo Branco às margens do rio Poti, no início da década de 1980, teve como objetivo conter as enchentes no bairro Frei Serafim (Centro), proporcionando às classes de alta renda uma “[...] área bem localizada no espaço urbano com acessibilidade, de frente para a nascente, margeando o rio, dotada de infraestrutura, salubre e desocupada”. Outros empreendimentos privados que proliferaram na cidade, sobretudo às margens do rio Poti, foram os centros comerciais diversificados e especializados, uns acompanhando a segregação residencial, como é o caso de três *shoppings centers*.

Vale ressaltar que os *shoppings Riverside Walking* e *Teresina Shopping* foram edificadas sobre lagoas aterradas, que “[...] serviam para o controle do escoamento, filtragem e absorção mais natural da poluição das águas servidas que escoavam para o rio, ajudando a controlar o problema das cheias nas áreas ribeirinhas, pelo controle da vazão do rio” (Sales & Albuquerque, 2002, p. 11). Com efeito, áreas onde se ergueram grandes edifícios residenciais e *shoppings centers*, até então consideradas impróprias e/ou de risco para as camadas pobres da população, devido à sua localização às margens do rio Poti, são capturadas pelo capital imobiliário, destinando-as a classes de renda média e alta, e por empreendimentos comerciais.

Tal dinâmica se aproxima do que Arantes (2002) define como gentrificação dos espaços urbanos, isto é, intervenções urbanas que deslocam populações para a periferia, direcionando os benefícios do investimento na área para residentes ou consumidores solventes. Enseja também um novo padrão de segregação socioespacial, pois tanto os condomínios de média e alta renda, como os *shoppings centers*, impõem regras de admissão e exclusão, implicando fragmentação da circulação e do uso de espaços públicos (Caldeira, 2000; Lago, 2000).

Na zona Norte, tanto as estratégias e práticas sociais de famílias sem-teto que ocuparam a região, como as de diferentes agentes sociais (governos estadual e municipal, empreendedores, promotores imobiliários), vão transformando a vida local. Trata-se de alterações na paisagem, como afirma Corrêa (2014), de funções e usos que servem de referência para entender o processo de produção da cidade. Daí ser representada como lugar histórico, de tradições, de moradia, de belezas naturais devido ao encontro dos rios e lagoas, mas também é percebida e vivida como lugar de risco das enchentes, de degradação, de conflito pelo uso e ocupação do solo, de intervenção urbana (Rodrigues Neto & Lima, 2018).

Em 1985, a simultaneidade de picos de vazão dos rios Poti e Parnaíba e a conseqüente penetração do fluxo de água pelo rio Poti, numa posição não protegida pelo dique Boa Esperança, provocou uma grande enchente atingindo centenas de famílias, sobretudo nos bairros Poti Velho, Mafrense, Nova Brasília e no Conjunto Mocambinho (Teresina, 2007). Nesse cenário, em que se aliava a carência de habitação popular com a ausência de solução definitiva para os problemas decorrentes das enchentes, recrudesceram os conflitos pelo uso e ocupação do solo urbano, sobretudo na zona Norte. Áreas públicas e privadas vazias foram ocupadas pelas famílias desabrigadas. Mas, naquele contexto, sem o reconhecimento do direito de ter uma moradia, aquelas famílias eram consideradas invasoras, portanto, criminalizadas, como expressavam manchetes de jornais da época:

Desabrigados invadem casas no conjunto São Joaquim (DESABRIGADOS INVADEM...,1985);

Alagados expulsos de terrenos por policiais (ALAGADOS EXPULSOS...,1985);

Policiais usam metralhadoras e expulsam alagados no Aeroporto (POLICIAIS...,1985);

Alagados invadem terreno na zona Norte (ALAGADOS INVADEM...,1985);

Vila Tancredo dos Alagados já possui 100 famílias (VILA TANCREDO..., 1985);

Flagelados reagem a ação de despejo (FLAGELADOS REAGEM..., 1985).

Após as inundações da área, em 1985, o dique da Boa Esperança foi estendido até o Conjunto Mocambinho e foram instalados dois sistemas de recalque: um na lagoa Cacimba Velha (bairro São Joaquim) e outro na lagoa do Mocambinho. Foi realizada também reforma nas interligações das lagoas por meio de canais e orifícios, visando à laminação das vazões de cheias. Apesar destas iniciativas, a Prefeitura reconheceu que o sistema de bombeamento, como forma de drenar a água, não funcionou plenamente (Teresina, 2007a).

Na década de 1990, continuou o adensamento populacional nessa área. Ocupações que originaram, por exemplo, as Vila Carlos Feitosa, Padre Eduardo, Apolônia, Vila Pantanal, Vila Mocambinho e Vila São Francisco, vão intensificando o aterramento parcial de lagoas e canais, bem como o adensamento no seu entorno. Os diques marginais dos rios Parnaíba e Poti também vão sendo ocupados com residências e pequenos negócios (Teresina, 2007). Nesse processo, ocorreu a degradação das lagoas que se tornaram desembocaduras de esgotos e de lixo, interferindo na capacidade de escoamento do sistema e transformando-o em focos de doenças para a população (Moura & Lopes, 2006). A impermeabilização dos solos das bacias hidrográficas e de áreas fluviais ambientalmente frágeis, entre outros fatores, continuou a provocar enchentes, como as de 1995, 2004 e 2009, atingindo parte da população local.

Assim como periódicos de 1926 e 1969 noticiavam o “caos causado pelas chuvas e enchentes”, dramatizando a situação e retratando-a como o pior cenário da história, portais de Internet também o fizeram sobre eventos ocorridos em anos recentes. Uma chamada de matéria sobre o impacto das enchentes de 2009, no *Portal 180 Graus*, é emblemática: “Teresina viveu um drama. Reveja a pior enchente da história”. Na matéria, exibem-se imagens de áreas alagadas da cidade e o discurso sobre o drama das famílias e do estado de calamidade pública, no qual as chuvas e as enchentes são tidas como fenômeno (sobre)natural, negligenciando-se a problemática da ocupação e uso do solo como fator determinante nesse processo.

As enchentes foram ocasionadas, além da época de chuvas, pela abertura das comportas da barragem de Boa Esperança. Teresina viu trechos serem interditados, como o Balão que liga a ponte Wall Ferral (avenida Cajuína-zona Leste), balão que liga ao *Shopping Riverside* e Eurobusiness (avenida Raul Lopes-zona Leste), parte da avenida Marechal Castelo Branco (por baixo da ponte JK), Estrada da Alegria (zona Sul), parte da avenida Freitas Neto, no Mocambinho (zona Norte) e balão da avenida Miguel Rosa, nas proximidades do Piauí Center Moda (zona Sul). Foi um caos só. O prefeito Sílvio Mendes teve que decretar estado de calamidade. Quase toda a cidade esteve debaixo d’água. Todas as regiões, Centro e zonas Sul, Sudeste, Leste e Norte, enfrentaram o drama das enchentes (TERESINA VIVEU..., 2009).

Apesar de as enchentes atingirem diversas zonas da cidade, segundo Chaves e Andrade (2017), foi a zona Norte que registrou maior grau de vulnerabilidade social e ambiental. Conforme Chaves, Tavares e Andrade (2017), a Prefeitura tem atuado no sentido de mitigar os efeitos das enchentes, sem resolver definitivamente a questão. Ademais, como constatado em levantamento realizado pelo Ministério da Integração Nacional (Brasil, 2014), a Prefeitura carece ainda de diversos instrumentos de planejamento e gestão e de prevenção de riscos de desastres naturais. Desse modo, com a justificativa de proteger a população da zona Norte e, ao mesmo tempo, de garantir a sustentabilidade do meio ambiente, a Prefeitura vem implementando uma intervenção urbanística com a qual pretende romper com o tratamento assistencialista conferido à problemática, até então. Esse compromisso vem embasado no discurso de requalificação urbana do Programa Lagoas do Norte – PLN (Teresina, 2008).

As enchentes e como enfrentar seus riscos: o caso do Programa Lagoas do Norte

Desde 2008 vem sendo implantado o PLN, em Teresina, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população da zona Norte da cidade, através de um conjunto de ações de caráter físico-urbanístico, socioeconômico e ambiental (Teresina, 2008). Esta intervenção abrange 13 bairros situados na área de confluência dos rios Parnaíba e Poti e no entorno de 12 lagoas e pretende eliminar o risco socioambiental ao qual parte das famílias residentes está submetida.

Das ações executadas entre 2008 e 2014, que produziram alterações socioespaciais na região, destacam-se as obras de saneamento e urbanização nas áreas das lagoas Piçarreira, Cabrinha e Lourival, localizadas ao longo do canal da Vila Padre Eduardo, bairro São Joaquim (Figura 4). Nesse processo, houve a remoção de

493 famílias, das quais 327 foram reassentadas no Residencial Zilda Arns, localizado no bairro Nova Brasília (Rodrigues Neto & Lima, 2018)



Figura 4 – Imagens da área de intervenção do Programa Lagoas do Norte antes e depois da execução da primeira etapa.
Fonte: Teresina (2014a).

Devido à abrangência dessas obras, representadas principalmente pelo conteúdo paisagístico de um Parque Ambiental inaugurado em 2012, o PLN foi amplamente divulgado como um programa de largo alcance socioambiental, de grande potencial turístico, resultante de uma gestão participativa e bem-sucedida (Rodrigues Neto & Lima, 2018). Nesse âmbito, termos como “participação”, “colaboração”, “eficiência” e “qualidade de vida” são enunciados, expressando o interesse da Prefeitura em legitimar suas ações. Embora o PLN se diferencie de intervenções passadas, pois abrange ações de saneamento e macrodrenagem, a remoção de famílias se mantém como uma das principais ações para a resolução do risco. Razão de preocupação dos agentes executores em atenuar os efeitos das medidas.

O Programa Lagoas do Norte nessa etapa vai fazer um processo de reassentamento e vocês vão ser transferidas tranquilamente para três residenciais que estão sendo planejados e construídos pagos pelo Programa onde vocês vão ter uma qualidade de vida extremamente diferente. Podem acreditar. A vida vai ser bem melhor depois que vocês saírem do local onde estão (informação verbal)⁷.

Apesar de a Prefeitura afirmar que a remoção é para garantir a segurança e o bem-estar das famílias que residem em área de risco, parte delas não aceita ser deslocada e defende o direito de continuar a viver no local, instalando-se um claro dissenso entre um grupo de famílias e o poder público. Com o conflito instaurado, o tema do risco passou a ser questionado, debatido e tornou-se objeto de impasses. Enquanto a Prefeitura alega que os estudos urbanísticos, geológicos e de engenharia recomendam a remoção involuntária de parte das famílias que habitam uma determinada avenida (Boa Esperança), o Movimento que se autodefine como “Atingidos pelo PLN” argumenta que é possível alterar o desenho do Programa com ações que evitem remoções (Rodrigues Neto & Lima, 2018).

Esse embate vai expor as contradições da intervenção, entre estas a ausência de espaços de deliberação sobre a condução das ações com a população. Enquanto a Prefeitura submete a política à dimensão técnica, adotando recursos de caráter informativo, a exemplo das chamadas consultas públicas que visam apresentar o que foi diagnosticado e/ou planejado à população (Teresina, 2007, 2014a), o Movimento defende que a técnica deve submeter-se à política, e que os moradores da área devem ser reconhecidos como parte principal do processo decisório; argumentam que o risco deve ser eliminado, não as famílias. Trecho de entrevista com o prefeito e da fala do promotor de justiça contestando estudos técnicos, refletem o debate:

Da nossa parte, temos um problema que é de natureza técnica, que é o fato de que a zona Norte é, fica nos períodos de inverno abaixo dos níveis dos rios sob risco permanente de inundação. Exatamente por isso que foi feito o dique na década de 1980 e que as lagoas estão sendo drenadas. Agora, esse dique não é eterno, assim como as barragens de cocal, as barragens do interior do estado, sem manutenção, essas

⁷ Depoimento do consultor do PLN apresentado em vídeo de divulgação (Teresina, 2014b).

barragens têm um risco de desmoronamento. Não é a vontade política, na verdade, é um estudo técnico que vai dizer se ela sustenta ou não sustenta os vários invernos e a quantidade de água que eventualmente vai chegar no futuro (Prefeito de Teresina)⁸.

Não há uma linha sequer nos estudos feitos pelo PLN sobre a situação da Avenida Boa Esperança [...], nem no documento oficial, nem nos anexos. Mas, nesse segundo Relatório do Painel de Segurança de 2016, diz justamente isso: avaliação das condições de estabilidade e segurança do dique dos rios Poti e Parnaíba [...]. Eu quero só citar a conclusão: o dique de proteção do rio Parnaíba, ou seja, Avenida Boa Esperança, mesmo com a ocupação desordenada não mostra, não mostra sinais de instabilidade ou erosões que possam comprometer sua estabilidade em função da distância do dique e a margem do rio [...]. Nós entendemos, e a comunidade também entende, que o Programa Lagoa do Norte é importante para a região, porém, é importante desde que ele compatibilize as alterações previstas e a permanência das famílias (informação verbal)⁹.

Nesse processo, o Movimento “Atingidos pelo PLN” não deseja que as famílias sejam reconhecidas apenas como fornecedoras de subsídio para a formulação de políticas urbanas, como tem sido praticado na condução do PLN (Rodrigues Neto & Lima, 2018), mas defende a incorporação, de fato, da população local nos mecanismos e/ou processos decisórios.

As dissensões expostas pelo conflito revelam posições políticas antagônicas, sentidos e modos como são conduzidas as intervenções e práticas urbanas. Na medida em que está em causa a disputa pelo solo urbano, e mais especificamente o direito à propriedade urbana, questões se impõem sobre o planejamento, o desenho e a condução do programa, exigindo das partes envolvidas o acionamento de diversos fundamentos técnicos, sociais, políticos e jurídicos, em busca de consensos.

Considerações finais

Analisou-se nesse artigo o espaço urbano como uma construção histórico-geográfica, social e política de agentes sociais concretos, os quais, em constante interação, influenciam e disputam os destinos da cidade. Em particular, examinou-se como as representações sócio-espaciais sobre o fenômeno das enchentes e inundações historicamente determinaram as ações governamentais.

A reflexão constatou que as inundações, historicamente, foram associadas a flagelos e a fenômenos estritamente naturais resultante de chuvas intensas. Tais representações, ao tempo em que evidenciaram a ordem da natureza, obscureciam os fatores sociais, políticos e econômicos, relacionados à ação humana, que elevavam os danos e riscos decorrentes das enchentes. Com efeito, medidas emergenciais e de caráter assistencialista foram a resposta dos governos aos danos causados pelas enchentes, contribuindo para o aprofundamento da problemática do risco.

À medida que se intensificou o processo de ocupação em áreas próximas dos rios, entre 1970 e 2000, o quadro urbano se agravou, sobretudo na zona Norte, região de maior vulnerabilidade socioambiental na capital, passando, assim, a exigir soluções cada vez mais complexas.

De modo que, com o PLN, a Prefeitura pretende enfrentar a problemática socioambiental da região, apoiando-se, principalmente, em estudos geológicos, urbanísticos e estatísticos. Entretanto, o padrão técnico-gerencial que vem orientando a gestão do Programa tem gerado conflitos entre o poder público e a população local, suscitando questionamentos sobre as discussões acerca das noções de risco e desastres e das alternativas para o seu enfrentamento. Por outro, alega-se a ausência de participação dos moradores na elaboração do diagnóstico sobre as condições locais, ignorando-se a história e as vivências da população da região. Com efeito, a história, as vivências da população na região não estariam sendo reconhecidas.

Esta reflexão leva a uma conclusão final, a de que a gestão dos impactos das enchentes não pode cingir-se a estudos de especialistas, pois, como uma questão social e política, deve ser debatida e as soluções decididas por meio da participação da população sob risco.

⁸ Entrevista concedida em 10 de novembro de 2017.

⁹ Depoimento do Promotor de Justiça em Audiência Pública para apresentação do III Painel de Segurança dos Diques realizado em 11 de dezembro de 2017 na casa episcopal da Arquidiocese de Teresina.

Referências

- A GRANDE desgraça. *Folha da Manhã*, Teresina, Piauí, p. 2, nº 682, 27 mar. 1960.
- A VERDADE dos fatos. *Folha da Manhã*, Teresina, Piauí, p. 4, nº 703, 04 mai.1960.
- ALAGADOS expulsos de terrenos por policiais. *O DIA*, Teresina, Piauí, 21 mai. 1985.
- ALAGADOS invadem terrenos na zona Norte. *Jornal da Manhã*, Teresina, Piauí, 21 mai.1985.
- ALASTRA-SE o flagelo das inundações. *Folha da Manhã*, Teresina, Piauí, p. 6, nº 679, 27 mar. 1960.
- Amaral, R. do & Ribeiro, R. R. (2009). Inundações e enchentes. In Tominaga, L. K; Santoro, J.; Amaral, R. do. (Orgs.) *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico.
- Arantes, O. (2002). Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In Arantes, O.; Vainer, C. B.; Maricato, E (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes. p. 75-103.
- Araújo, M. M. B. (1995). *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Brasil (2015). Ministério da Integração Nacional. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). *Detalhamento da Poligonal PI-TE-SR-08 do Relatório de Mapeamento de Risco e Desastres Naturais*. Trecho: Avenida Boa Esperança, entre a rua Minas Gerais e o Restaurante Pesqueirinho. Teresina.
- Brasil (abril de 2014). Ministério da Integração Nacional. *Relatório 1730-R7-14: Município de Teresina, PI – Lote 11: Levantamento de dados sobre áreas e setores de riscos de desastres do município de Teresina – PI*. Pangea Geologia e Estudos Ambientais, São Paulo. Recuperado em 12 de outubro de 2017 de <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Teresina-Mapeamento-de-Riscos-de-Desastres-1.pdf>.
- Caldeira, T. P. do R. (2000). Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público. In Caldeira, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- CALAMIDADE pública é quadro aterrador que enfrentamos. (1960). *Jornal do Piauí*, Teresina, Piauí, 902, 1.
- Cavion, R. (2014). *Cidade sob(re) as águas: Estratégias de ação e de políticas urbanas* (Tese de Doutorado). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CEARÁ e Piauí enfrentam drama de uma calamidade (1960). *Jornal do Piauí*, Teresina, Piauí, p. 4, nº 901, 27 mar. 1960.
- Chaves, M. (1998). *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Chaves, S. V. V.; Andrade, C. S. P. de. (2017). A incidência dos desastres naturais em Teresina, Piauí e o perfil da população vulnerável às inundações. *Caderno de Geografia*, 27(1) 159-188.
- Chaves, S. V. V.; Andrade, C. S. P. de.; TAVARES, A. C. ANDRADE, C. S. P. de. Vulnerabilidade às inundações em Teresina, Piauí, e ações mitigadoras do poder público. *Sociedade e Território*, 29, 175-197.
- Corrêa, R. L. (2014). Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In Carlos, A. F. A., Souza, M. L., Sposito, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto.
- Cruz, S. H. R. (2012). *Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimentos Sustentável no Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Costa Filho, A. (2002). Sob o signo das águas: a gênese urbana piauiense. *Scientia et Spes*, 1(2) 15-34.
- DESABRIGADOS invadem casas no conjunto São Joaquim. *O DIA*, Teresina, Piauí, 1985.
- ENCHENTES deixam desabrigo e fome. *O Estado*, Teresina, Piauí, p. 6, 27 mar. 1974.
- FLAGELADOS reagem a ação de despejo. *O Estado*, Teresina, Piauí, 5 jul. 1985.
- GOVERNO irresponsável, *Jornal do Piauí*, Teresina, Piauí, p. 1, n. 907, 07 abr. 1960.
- IBGE (2008). *Regiões de influência das cidades, 2007*. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro. Recuperado em 15 de junho de 2015 de <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>.

- IBGE (2010). Censo Demográfico 2010. Recuperado em 4 de junho de 2017 de <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>.
- IBGE (2015). *Mapas: bases e referências, 2015*. Recuperado em 12 de janeiro de 2018 de ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/.
- IBGE (2017). *Cidades*. Recuperado em 15 de dezembro de 2017 de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/historico>.
- Lago, L. C. (2000). *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan.
- Lefebvre, H. (2006). *A produção do espaço*. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, [S.l.: s.n.], 2006a. Recuperado em 11 de abril de 2016 de <https://pt.scribd.com/doc/133178040/Henri-Lefebvre-A-producao-do-espaco-cap-1-1-pdf>.
- Lima, A. J. de. (2003). *As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley.
- Lima, I. M. de. M. F. (2002). Teresina: urbanização e meio-ambiente. *Scientia et spes: Revista do Instituto Camilo Filho*, 1 (2) 181-206.
- Lima, I. M. de. M. F. (2016). Teresina: o relevo, os rios e a cidade. *Revista Equador (UFPI)*, 5(3), 375–397. Recuperado em 13 de setembro de 2017 de <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>.
- Lima, P. H. G de. (2001). *Promoção Imobiliária em Teresina/PI: uma análise do desenvolvimento da produção privada de habitações – 1984/1999* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- LIONS, viveres para os flagelados. *Jornal do Piauí*. Teresina, Piauí, 14 abr. 1960.
- Maricato. E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Monte, R. L. (2010). *A cidade esquecida (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- Monteiro, C. A. F. (2015). *Rua da Glória 3: no tempo dos revoltosos (1921-1934)*. Teresina: EDUFPI.
- Moura, M. G. B. de & Lopes, W. G. R. (2006). Lagoas da zona norte de Teresina e seus entornos: uma análise ambiental. In: *III Encontro da ANPASS* (p.1-16). ANPASS. Brasília, DF, 23 a 26 de maio de 2006. Recuperado em 21 de maio de 2016 de http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT8.html.
- Nascimento, F. A. (2002). *A Cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- NOTA Oficial da UPES. *Jornal do Piauí*, Teresina, Piauí, p. 6, 26 mar. 1960.
- O PARNAÍBA. *A Imprensa*, Teresina, Piauí, 25 de fev. 1926.
- PALÁCIO do governo: nota oficial. *Folha da Manhã*, Teresina, Piauí, p.4, nº680, 29 mar. 1960.
- PARNAÍBA invade a margem direita e inunda as casas. *O Estado*, Teresina, Piauí, 23 de mar. 1974.
- Piauí (05 de janeiro de 1975). *Mensagem do governador, Relatório de Gestão ano de 1974*. Teresina: COMEPI.
- Piauí (09 de outubro de 2015). Ministério público. 44ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública. *Procedimento Preparatório – nº 15*. Assunto: Possíveis irregularidades no reassentamento das famílias e imóveis da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte.
- POLICIAIS usam metralhadoras e expulsão alagados no Aeroporto. *O Estado*, Teresina, Piauí, 21 mai. 1985.
- Rodrigues Neto, E. X. & Lima, A. J. (2018). Representações sócio-espaciais sobre áreas de intervenção de grandes projetos urbanísticos: diferentes modos de apropriação e relação de agentes sociais sobre a área do Programa Lagoas do Norte em Teresina-PI. *Geografia em questão*, 11(11) 106-130.
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças* (1 ed.). São Paulo: Boitempo.
- Rolnik, R. & Nakano, K. (2000). Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. In Rattner, H. (Org.). *Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo: EDUSP.

Sales, M. S. T. M. & Albuquerque, L. B. (2002). Teresina e sua condição urbana. In *II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI*, (v. 1 p. 1-13). Teresina: EDUFPI. Recuperado em 12 de novembro de 2017 de http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.15/GT15_2_2002.pdf.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP.

Silva, M. M. A. (2013). *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte.

Souza, M. L. (2014). A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In Carlos, A. F. A., Souza, M. L. de, Sposito, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto.

Teresina (março de 2007). Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. *Avaliação ambiental do Programa de Melhoria da qualidade ambiental de Teresina – Programa Lagoas do Norte*. Relatório de Avaliação Ambiental – RAA. Teresina.

Teresina (2007). *Programa Lagoas do Norte – Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetados pela implantação do PLN*. Teresina.

Teresina (2008). *Marco Operacional do Programa Lagoas do Norte*. Teresina.

Teresina (2014a). *Avaliação ambiental do Programa Lagoas do Norte, fase 2*. Teresina.

Teresina (2014b). *Vídeo divulgação das ações e mudanças que o Programa Lagoas do Norte tem proporcionado na região*. Produção/Criação de PLUG propaganda/UPJ [Produções], publicado na página@LagoasDoNorte em 18 de novembro de 2014a. Recuperado em 17 de dezembro de 2016 de <https://www.facebook.com/LagoasDoNorte/videos/375223842653641/>.

TERESINA viveu um drama (2009). Reveja a pior enchente da história. *Portal 180 graus*. Teresina, Piauí, 17 mai. 2009. Recuperado em 12 de outubro de 2017 de <https://180graus.com/geral/teresina-viveu-um-drama-reveja-a-pior-enchente-da-historia-fotos-197962>.

Ultramar, C. (2005). *O fim das utopias urbanas*. São Paulo: Studio Nobel.

VILA Tancredo dos alagados já possuem 100 famílias (1985). *O DIA*, Teresina, Piauí, 14 jun.

Zanirato, S, Ramires, J. Z. S.; Amicci, A. G. N.; Zulimar, M. R. & Ribeiro, W. C. (2008). Sentidos do Risco: interpretações teóricas. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, XIII (785) (p.1-12). Série documental de geocrítica, 25 de maio de 2008. Universidad de Barcelona. Recuperado em 22 de maio de 2016 de <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-785.htm>.

Editor: Harry Bollmann

Recebido: Set. 10, 2018

Aprovado: Jul. 10, 2019